



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS -
MMFDH
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL - SNPIR
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 09 E 10 DE JUNHO DE 2021

1 Aos nove e dez dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, reuniu-se, por meio da Plataforma
2 *Teams* por videoconferência, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria
3 Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, para a sua Septuagésima Segunda
4 Reunião Ordinária, com a participação dos seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes do
5 Governo: Titular **Paulo Roberto** (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade
6 Racial - SNPIR/MMFDH); Titular **Dinah Andrade de Sena e Silva** (Secretaria Nacional de
7 Políticas para as Mulheres – SNPM/MMFDH); Suplente **Saete da Silva Aragão** (Secretaria
8 Nacional de Políticas para as Mulheres – SNPM/MMFDH); Titular **Sérgio de Oliveira** (Ministério
9 da Educação – MEC); Suplente **John Land Carth** (Ministério da Educação – MEC); Titular
10 **Marcus Vinicius Barbosa Peixinho** (Ministério da Saúde – MS); Titular **Tarcila Martins**
11 **Portugal** (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); Suplente **Sandra**
12 **Rosana Silva de Araújo** (Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP); Titular **Joana Marie**
13 **Girard Ferreira Nunes** (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI); Suplente
14 **Fernanda Gomes Rodrigues** (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI); Titular
15 **Flávia Mello de Castro** (Secretaria Especial da Cultura – SEC/MTur); Suplente **Laércio Fidelis**
16 **Dias** (Fundação Cultural Palmares); Suplente **Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard** (Ministério
17 das Relações Exteriores – MRE); Titular **Luiz Carlos de Lima** (Ministério do Desenvolvimento
18 Regional – MDR); Suplente **Maria Amélia de Andrade** (Ministério do Desenvolvimento Regional

19 – MDR); Titular **Renata Florez Rocha** (Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoal/Secretaria
20 Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia –
21 SGP/SEDGG/ME); Suplente **Laura Nascimento Moreira** (Secretaria de Políticas Públicas de
22 Emprego/Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da
23 Economia); Titular **Gustavo André Fernandes Lima** (Ministério das Comunicações); Titular
24 **Roberlaine Ribeiro Jorge** (Notório Saber); Titular **Silvia Nobre Waiãpi** (Notório Saber).
25 Sociedade Civil: Suplente **Cleci da Cruz Martins** (Rede Mulheres Negras – PR); Titular **Maria**
26 **Jane Soares Targino Cavalcante** (Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado
27 Paraíba – ASCOCIC); Suplente **Sérgio Eduardo Menezes Silva** (Instituto Brasileiro de Apoio aos
28 Segmentos Étnicos-Raciais – IBASER); Titular **Ruth Goldberg** (Confederação Israelita do Brasil);
29 Suplente **Abraham Godstein** (Confederação Israelita do Brasil); Suplente **Cícero Romão Batista**
30 (Associação Comunitária Otávio Maia); Titular **Juliano Bueno de Araújo** (Instituto Internacional
31 Arayara); Suplente **Nicole Figueiredo de Oliveira** (Instituto Internacional Arayara - IIA); Titular
32 **Maria de Jesus Moura** (Conselho Federal de Psicologia – CFP); Titular **Raimundo Nonato**
33 **Pereira da Silva/Taata Konamannajy** (Associação Nacional Cultural de Preservação do
34 Patrimônio Bantu – ACBANTU); Titular **Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas** (Associação
35 Estadual Cultural de Direitos e Defesa do Povo Cigano); Suplente **João Batista Nogueira**
36 (Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa do Povo Cigano); Titular **Terezinha Alves**
37 (Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso – AEEC/MT); Suplente **Aluizio de**
38 **Azevedo Silva Júnior** (Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso – AEEC/MT);
39 Titular **Rejane Ferreira Soares** (Instituto EcoVida); Suplente **Rosemberg Moraes Caitano**
40 (Instituto EcoVida); Titular **Elisa Urbano Ramos** (Articulação dos Povos e Organizações
41 Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME); Titular **José Eudo da Silva**
42 (Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará – ASPRECCEC); Suplente
43 **Angélica Maria da Silva** (Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará –
44 ASPRECCEC). A Reunião também contou com a presença da Sra. Mariléia Silva de Paula
45 (Coordenadora-Geral de Conselhos da SNPPIR – Secretária-Executiva da CNPIR).

46

47 Dando início aos trabalhos do primeiro dia, Presidente Paulo Roberto cumprimentou a todos e
48 informou que a SNPPIR tem feito um trabalho muito intenso frente à pandemia. Solicitou que a Sra.
49 Mariléia Silva de Paula realizasse a verificação quórum. Verificado o quórum, apresentou a

50 seguinte proposta de pauta e de ordem do dia para votação/aprovação: Dia 09/06: 14h – Abertura;
51 14h15 – Verificação da presença e da existência de quórum para instalação do Colegiado; 14h20 –
52 Palavra de boas-vindas com o Presidente Paulo Roberto; 14h30 – Leitura e aprovação da ordem do
53 dia; 14h40 – Aprovação das Atas das Reuniões 70ª RO/2020; 4ª RE/2020, 1ª RE/2021; 15h00 –
54 Apresentação do Ministério da Saúde/Conselheiro: Marcus Vinícius Barbosa Peixinho – Pauta:
55 Vacinação da População Negra e Cigana; 15h30 – Recriação do GT Cigano (Composição: três
56 representantes da sociedade civil, três representante do governo e um representado do Notório
57 Saber); 16h – Complementação da composição das comissões permanentes: 1. Comissão de
58 Políticas Públicas; 2. Comissão de Orçamento e Finanças; 3. Comissão de Mobilização e
59 Informação; 4. Comissão de Direitos Humanos; 5. Comissão de Direito Cultural; 6. Comissão de
60 Legislação. Dia 10/06: 14h – Abertura; 14h15 – Verificação da presença e da existência de quórum
61 para instalação do Colegiado; 14h20 – Palavra de boas-vindas com o Presidente Paulo Roberto;
62 14h30 – Composição das Comissões da V CONPIR/2022: 1. Comissão Organizadora Nacional; 2.
63 Coordenação Executiva da V CONAPIR; 3. Subcomissão de Metodologia, Temas, Subtemas e
64 Relatoria; 4. Subcomissão de Comunicação; 5. Subcomissão de Articulação e de Mobilização; 6.
65 Subcomissão de Logística; 14h – Informes Gerais; 17h30 – Considerações Finais; 18h –
66 Encerramento. Não havendo nenhuma manifestação contrária, a pauta e de ordem do dia foram
67 aprovadas. Prosseguindo à aprovação das Atas das Reuniões 70ª RO/2020, 4ª RE/2020 e 1ª
68 RE/2021, a Sra. Mariléia Silva de Paula registrou que as atas foram enviadas previamente,
69 questionando se haveria algum destaque. Não havendo nenhum destaque, o Presidente Paulo
70 Roberto colocou as Atas em regime de aprovação, sendo aprovadas por unanimidade dos presentes.
71 Passando à apresentação do Ministério da Saúde/Conselheiro: Marcus Vinícius Barbosa Peixinho –
72 Pauta: Vacinação da População Negra e Cigana, o Presidente Paulo Roberto realizou uma breve
73 exposição das justificativas que ensejaram a inclusão desse item de pauta, convidando o
74 Conselheiro Marcus Vinícius Barbosa Peixinho para a apresentação. Registrada a dificuldade do
75 Conselheiro Marcus Vinícius Barbosa Peixinho em acessar a reunião, passou-se ao próximo item de
76 pauta: Recriação do GT Cigano (Composição: três representantes da sociedade civil, três
77 representante do governo e um representado do Notório Saber). O Presidente Paulo Roberto
78 resgatou o processo histórico que causou a redução da participação de entidades ligadas à proteção
79 dos direitos da população negra e discorreu sobre a necessidade de recriar o GT Gigano.
80 Apresentado o relatório dos trabalhos já realizados pelo GT em 2020, a Sra. Mariléia Silva de Paula

81 explicou que a ideia é dá seguimento ao GT para finalização e apresentação do Plano Nacional
82 Cigano. Colocaram-se à disposição para compor o GT os conselheiros representantes da Sociedade
83 Civil: Maria Jane Soares Targino Cavalcante, Abraham Godstein, Sérgio Eduardo Menezes Silva,
84 Angélica Maria da Silva; e a conselheira representante do Governo: Renata Flores Rocha. Não
85 havendo mais manifestações, o Presidente Paulo Roberto sugeriu que os nomes colocadas à
86 disposição fossem efetivados sem a necessidade de votação, explicando que as demais vagas serão
87 complementadas no segundo dia de reunião, o que foi aprovado pelos conselheiros. Seguindo para a
88 complementação da composição das Comissões Permanentes, o Presidente Paulo Roberto
89 esclareceu que não conseguiram concluir a composição das comissões permanentes na última
90 reunião pela falta de conselheiros representantes da sociedade civil. Relatou que apenas a Comissão
91 de Direito Cultural possui composição completa, sendo os conselheiros poderão manifestar o seu
92 interesse para compor as demais de acordo com a sua finalidade. Disponibilizaram-se a compor de
93 acordo com as vagas remanescentes: 1. Comissão de Políticas Públicas: Terezinha Alves.
94 Observadora: Rejane Soares; 2. Comissão de Orçamento e Finanças: Silvia Nobre Waiãpi e Rejane
95 Ferreira Soares; 3. Comissão de Mobilização e Informação: Maria de Jesus Moura; 4. Comissão de
96 Legislação: Juliano Bueno de Araújo (Coordenador) e Sandra Rosana Silva Araújo. O Presidente
97 Paulo Roberto observou que será necessário estipular o período de reuniões dessas comissões para
98 apresentar as suas discussões ao plenário, lembrando que havia sugerido que fossem realizadas 15
99 dias antes das reuniões plenárias. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caitano explanou que as
100 discussões no pleno são mais ricas quando as comissões se reúnem e debatem os seus temas
101 próprios, entendendo que seria muito importante a definição de um calendário fixo de reuniões. O
102 Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva propôs que houvesse um material previamente
103 estabelecido para as reuniões das comissões. Diante as sugestões, o Presidente Paulo Roberto
104 colocou em apreciação a proposta de realização de reuniões mensais com datas pré-definidas para
105 todas as comissões antecedendo às reuniões plenárias com definição do formato. Não havendo
106 manifestações contrárias, explanou que a Secretaria Executiva elaborará o calendário para posterior
107 apreciação. Informou que o Conselheiro Marcus Vinícius Barbosa Peixinho teve um problema sério
108 e não poderá realizar a sua apresentação nesse dia, explanando que ela será transferida para o
109 segundo dia de reunião. Além disso, comprometeu-se em trazer informações do Ministério da
110 Cidadania relacionadas à segurança alimentar. Diante essa situação, antecipou os informes gerais
111 que seriam realizados no segundo dia de reunião. Dando início aos informes gerais, a Sra. Mariléia

112 Silva de Paula informou sobre a realização da posse dos novos conselheiros representantes da
113 sociedade civil no dia 8 de junho de 2021, explicando que o termo de posse será assinado
114 eletronicamente e que os certificados de conselheiros serão encaminhados por *e-mail*. A
115 Conselheira Nicole Figueiredo de Oliveira entendeu que o CNPIR deveria discutir sobre o Projeto
116 de Lei nº 3.729/2004 que propõe modificações do licenciamento ambiental no Brasil, inclusive,
117 retirando o direito de consulta sobre os projetos que serão implantados das comunidades
118 tradicionais quilombolas e indígenas. Sugeriu a elaboração de uma moção do CNPIR aos deputados
119 que estão votando nesse projeto de lei e, caso não seja possível, colocou-se à disposição para que as
120 entidades que compõe o Conselho elaborem o seu posicionamento individual junto ao Instituto
121 Internacional Arayara. Arrazouo que enviará a proposta formalmente de elaboração da moção para
122 a próxima reunião. O Presidente Paulo Roberto afirmou que encaminhará a proposta sugerida e o
123 Conselheiro Laércio Fidelis Dias explicou que a Fundação Cultural Palmares era responsável pelo
124 licenciamento ambiental até que o Decreto nº 10.252 transferiu essa competência ao Instituto
125 Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, propondo que o Conselho realizasse contato
126 com esse INCRA para buscar informações. O Presidente Paulo Roberto compreendeu que a
127 proposta é fundamental e ponderou que debruçará sob o projeto de lei. O Conselheiro Laércio
128 Fidelis Dias observou que menos de 10% das comunidades certificadas possuem as terras tituladas
129 pelo INCRA, salientando a necessidade de diferenciar a certificação da titulação. O Presidente
130 Paulo Roberto compreendeu que seria interessante a realização de uma palestra sobre esses assuntos
131 para o CNPIR, para que os conselheiros tenham um posicionamento mais técnico. O Conselheiro
132 Rosemberg Moraes Caitano entendeu que esse tema deve ser apreciado pelas comissões,
133 especialmente, pelas Comissões de Direito Humano, de Legislação e de Políticas Públicas,
134 inclusive, pensando na proposta de nota e de realização de audiência pública para debate. A Sra.
135 Naiara, colaborada da Coordenação-Geral de Conselhos da SNPPPIR, observou que a discussão
136 sobre o Projeto de Lei nº 3.729/2004 se enquadraria mais ao Conselho Nacional dos Povos e
137 Comunidades Tradicionais – CNPCT. A Conselheira Angélica Maria da Silva questionou se esse
138 projeto de lei também seria competência da CNPIR, uma vez que trata sobre o racismo ambiental.
139 Aprovada a proposta colocada de parceria entre o CNPIR e o CNPCT para trabalhar o Projeto de
140 Lei nº 3.729/2004, o Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva provocou os conselheiros a
141 elaborar posicionamento em relação à abordagem policial violenta aos negros e aos ciganos. O
142 Presidente Paulo Roberto destacou a importância dessa provocação, encerrando o primeiro dia de

143 reunião com agradecimentos a participação de todos. Dando início aos trabalhos do segundo dia,
144 Presidente Paulo Roberto cumprimentou a todos e solicitou que a Sra. Mariléia Silva de Paula
145 realizasse a verificação quórum. Verificado o quórum, passou-se à apresentação do Ministério da
146 Saúde/Conselheiro: Marcus Vinícius Barbosa Peixinho – Pauta: Vacinação da População Negra e
147 Cigana. O Conselheiro Marcus Vinícius Barbosa Peixinho desculpou-se por não ter conseguido
148 realizar a apresentação conforme a pauta e, em seguida, realizou a exposição sobre a vacinação da
149 População Negra e Cigana, apresentando um apanhado geral sobre a Secretaria de Atenção
150 Primária à Saúde – SAPS (Coordenação de Garantia da Equidade – COGE, Políticas de Promoção
151 da Equidade em Saúde, Atenção Primária à Saúde, Política Nacional de Promoção da Equidade em
152 Saúde e Portarias de Financiamento da Política Nacional de Promoção da Equidade em Saúde).
153 Explicou sobre como utilizar a Aba Nota Técnica do *site* LocalizaSUS que permite a geração de
154 relatórios em tempo real e a Aba Consulta e Repasses do *site* do Fundo Nacional de Saúde – FNS
155 que mostra os investimentos efetivamente realizados. Em seguida, apresentou as principais
156 informações sobre a vacinação contra a Covid-19 existentes na Plataforma VacinometroSUS,
157 destacando os grupos prioritários. Informou que 493.504 quilombolas já foram vacinados com a
158 primeira dose e 39.641 com a segunda dose, observando que foram disponibilizadas doses para
159 atender uma população de 1.230.000 quilombolas. Discorreu que a população cigana ainda está na
160 fila dos grupos prioritários, explicando que ainda não possuem doses suficientes para contemplá-la.
161 Abrindo para questionamentos, o Conselheiro Juliano Bueno de Araújo solicitou acesso à base de
162 dados no padrão ODF para análise dos conselheiros e questionou sobre a existência de trabalho de
163 comparação da vacinação de negros e quilombolas vacinados de acordo com o gênero, idade, estado
164 e macrorregião e sobre o esforço do Ministério da Saúde para vacinação dos grupos prioritários.
165 Observou que existem denúncias de grupos que estão sendo vacinados e questionou também sobre a
166 existência de comparação de mortes por Covid-19 e outras mortes e de pessoas com sequelas. O
167 Conselheiro Marcus Vinícius Barbosa Peixinho esclareceu que há lista de comparação padrão para
168 povos e comunidades tradicionais de acordo com as portarias existentes e salientou o problema da
169 subnotificação no cadastramento da vacinação, observando que os dados representam apenas cerca
170 de 40% da realidade. Relatou que estão recebendo várias denúncias sobre a não vacinação da
171 população quilombola pela falta de reconhecimento do gestor e explanou que o Ministério da Saúde
172 precisa de um documento formal para acesso à base de dados no padrão ODF. O Conselheiro
173 Aluizio de Azevedo Silva Júnior indagou como o Ministério da Saúde está o diálogo com os povos

174 e comunidades tradicionais com a extinção da Secretaria Específica de Gestão Estratégica e
175 Participativa e como é realizado o cadastro de povos e comunidades tradicionais no Ministério da
176 Saúde. Questionou sobre a data prevista para vacinação dos ciganos e destacou a dificuldade de
177 identificar as comunidades ciganas, tendo em vista que o IBGE não faz essa contagem. O
178 Conselheiro Marcus Vinícius Barbosa Peixinho esclareceu que a sociedade civil pode fazer diálogo
179 através do Conselho Nacional de Saúde, dos espaços ofertados pelo MMFDH e dos grupos de
180 trabalhos com os estados e municípios. Discorreu que o cadastro dos povos e comunidades
181 tradicionais é feito por meio de um campo específico da Atenção Primeira ou Especializada,
182 lembrando que não há dados sobre a vacinação, uma vez que essa população ainda não foi incluída
183 nos grupos prioritários. Informou que poderão incluir outras populações que estão aguardando
184 prioridade com a chegada de 100 milhões de doses, todavia, salientou a preocupação com a falta de
185 identificação da população cigana. A Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante realizou a
186 leitura de parte do ofício da ASCOCIC encaminhado a 6ª Câmara de Populações Indígenas e
187 Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal com recomendações ao Ministério da
188 Saúde sobre a vacinação dos povos ciganos. Manifestou que com base na previsão de vacinação
189 dessa população pôde constatar que essa vacinação acontecerá junto com a população em geral,
190 salientando que novamente os ciganos estão sendo injustiçados. O Conselheiro Marcus Vinícius
191 Barbosa Peixinho concordou com a explanação e afirmou que é contra a população ainda não ter
192 sido incluída no Plano Nacional de Imunização – PNI. Solicitou que o ofício mencionado seja lhe
193 encaminhado. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caitano comentou que foi contemplado com os
194 questionamentos anteriores ligados às políticas nacionais da população em situação de
195 vulnerabilidade e indagou sobre a Campanha SUS Sem Racismo. Sugeriu que a Comissão de
196 Direitos Humanos ou outra competente inicie o debate sobre as políticas nacionais que não estão
197 sendo implementadas. O Conselheiro Marcus Vinícius Barbosa Peixinho informou acerca do
198 lançamento de cursos pedagógicos em EaD voltados para os gestores e profissionais de saúde
199 referente à Campanha SUS Sem Racismo. Explanou que a falta de incentivos financeiros ocasiona a
200 não implementação das políticas nacionais para povos e comunidades tradicionais pelos gestores. O
201 Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konamannajy externou a sua indignação com
202 a exclusão do povo de terreiro e dos demais 28 segmentos dos povos e comunidades tradicionais e
203 denunciou que as prefeituras não têm incluídos os povos de terreiro na lista suplementar do
204 Cadastro Único. Destacou a necessidade de serem incluídos nos grupos prioritários de vacinação

205 contra a Covid-19. O Conselheiro Marcus Vinícius Barbosa Peixinho explanou que a Unidade
206 Básica de Saúde – UBS deve preencher todos os campos da ficha de cadastro de acordo com as
207 portarias, porém, salientou que o grande problema está relacionado à falta do preenchimento das
208 informações pelo profissional da ponta. O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata
209 Konamannajy colocou a ACBANTU à disposição para identificar os povos de terreiro. A
210 Conselheira Angélica Maria da Silva indagou quais são as medidas estratégicas para diálogo entre
211 os entes para além dos investimentos e registrou que o cadastro de agendamento para vacinação não
212 contempla campo específico de identificação dos povos ciganos ou de terreiro. O Conselheiro
213 Marcus Vinícius Barbosa Peixinho esclareceu que os povos ciganos e de terreiro não estão
214 contemplados no cadastro de agendamento por não serem grupos prioritários, afirmando que o
215 Sistema da Atenção Primária e do Departamento de Saúde possui esse dois campos. A Conselheira
216 Cleci da Cruz Martins entendeu que se fazem necessárias ações mais concretas do Ministério da
217 Saúde no combate ao racismo estrutural e institucional, visando principalmente à destinação de
218 recursos e campanhas de conscientização para os gestores locais dos territórios nacionais, que são
219 privilegiados em sua composição por estas comunidades tradicionais. Afirmou que é importante que
220 os dados referentes ao quesito raça, cor, etnia e gênero sejam considerados na elaboração das ações,
221 visto que estão vivendo em um estado genocida o qual não reconhece e valoriza a sua população
222 negra. Explanou que essas ações precisam está articuladas entre os entes da federação com a
223 garantia de recursos, para que o quadro de desigualdade seja revisto. O Conselheiro Marcus
224 Vinícius Barbosa Peixinho abriu a aba específica da SAPS no *site* do Ministério da Saúde a fim de
225 que os conselheiros pudessem visualizar os materiais já produzidos no âmbito do Ministério. O
226 Presidente Paulo Roberto salientou o trabalho realizado pelo Conselheiro Marcus Vinícius Barbosa
227 Peixinho no Ministério da Saúde e comentou sobre a falta de conhecimento por parte dos gestores.
228 A Conselheira Joana Marie Girard Ferreira Nunes parabenizou pela apresentação e pelos
229 esclarecimentos realizados e discorreu que é necessário continuar insistindo e procurando
230 mecanismos que aprimorem e exijam a implementação das políticas. O Conselheiro Marcus
231 Vinícius Barbosa Peixinho concordou com a explanação e destacou a importante da sociedade civil
232 nesse aspecto. Finalizadas as manifestações, o Presidente Paulo Roberto agradeceu pelas
233 explanações e retornou à complementação da composição das comissões permanentes, informando
234 que as Comissões de Políticas Públicas e de Direito Cultural já estão completas. Os conselheiros se
235 indicaram de acordo com as vagas remanescentes, ficando: 1. Comissão de Políticas Públicas:

236 Titular Joana Marie Girard Ferreira Nunes – MCTI; Titular Gustavo André Fernandes – MC
237 (Coordenador); Titular Sérgio de Oliveira – MEC; Titular Tarcila Martins Portugal - MAPA;
238 Titular Marcilânia Gomes Alcântara Figueiredo – Otávio Maia; Titular Juliana Chagas da Silva
239 Mettelbach – Rede Mulheres Negras – PR; Titular Terezinha Alves - AEEC/MT. Observadora:
240 Titular Rejane Ferreira Soares – Instituto EcoVida. 2. Comissão de Orçamento e Finanças: Suplente
241 Cleci Martins – Rede Mulheres Negras – PR; Titular Silvia Nobre Waiãpi – Notório Saber; Titular
242 Rejane Ferreira Soares – Instituto EcoVida; Suplente Nicole Figueiredo de Oliveira – AII; Suplente
243 João Batista Nogueira - Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa do Povo Cigano. 3.
244 Comissão de Mobilização e Informação: Suplente Nicole Figueiredo de Oliveira – AII; Suplente
245 Celia Zenaide – CFP; Titular Maria de Jesus Moura – CFP; Suplente Aluízio de Azevedo Silva
246 Júnior – AEEC/MT. 4. Comissão de Direitos Humanos: Suplente Sérgio Eduardo Menezes Silva –
247 IBASER; Titular Maria de Jesus Moura – CPF; Titular Ruth Goldberg – Confederação Israelita do
248 Brasil; Titular Maria Jane Soares Targino Cavalcante – ASCOCIC; Titular Raimundo Nonato
249 Pereira da Silva/Taata Konamannajy – ACBANTU; Suplente Rosemberg Moraes Caitano - Instituto
250 EcoVida; Titular Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas - Associação Estadual Cultural de Direitos
251 e Defesa do Povo Cigano. 5. Comissão de Direito Cultural: Titular Renata Flores Rocha; Titular
252 Flávia Melo; Suplente Laercio Fidelis Dias – Fundação Cultural Palmares; Titular Luiz Carlos de
253 Lima – MDR; Silvia Waiãpi (Coordenadora) – Notório Saber; Titular Roberlaine Ribeiro Jorge –
254 Notório Saber; Titular Antônio Alves Pereira. Observador: Luiz Leno Farias. 6. Comissão de
255 Legislação: Suplente Abraham Godstein - Confederação Israelita do Brasil; Suplente Salete Aragão
256 – SNM; Titular Juliano Bueno de Araújo (Coordenador); Suplente Sandra Rosana Silva de Araújo;
257 Titular Valdinalva Barbosa. Diante a existência de conselheiros em mais de uma comissão, o
258 Conselheiro Juliano Bueno de Araújo sugeriu que reuniões das comissões fossem realizadas em
259 horários diferentes de forma temporária até que a representação da sociedade civil seja
260 complementada. O Presidente Paulo Roberto sugeriu que as próprias comissões realizassem a
261 eleição dos seus coordenadores para otimizar o tempo da plenária, o que foi aprovado. Com relação
262 ao calendário de reuniões, os conselheiros consensuaram pela realização de dois turnos para as
263 reuniões das comissões, ficando aprovado o seguinte calendário: 07 e 20/07/2021 – 9h às 12h (três
264 comissões) e 14h às 17h (três comissões); 11 e 25/08/2021 – 9h às 12h (três comissões) e 14h às
265 17h (três comissões); 06 e 20/10/2021 – 9h às 12h (três comissões) e 14h às 17h (três comissões);
266 03 e 24/11/2021 – 9h às 12h (três comissões) e 14h às 17h (três comissões). Diante o horário

267 avançado, o Presidente Paulo Roberto questionou aos conselheiros sobre a continuação da reunião,
268 propondo o agendamento de reunião extraordinária para discussão da V CONAPIR/2022. O
269 Conselheiro Juliano Bueno de Araújo resgatou o Projeto de Lei nº 3.729/2004, requerendo a
270 realização de uma reunião extraordinária do CNPIR para analisar essa alteração na legislação que se
271 encontra em curso no Congresso Nacional e a emissão de ofício, solicitando a participação desse
272 Conselho na audiência Pública proposta pelo Senado Federal. O Presidente Paulo Roberto colocou
273 em processo de votação a sugestão da continuação ou não dessa reunião, explanando que a proposta
274 do conselheiro para análise do Projeto de Lei nº 3.729/2004 poderá ser contemplada caso seja
275 deliberado pela realização de reunião extraordinária. Consensuado pela continuação da reunião e
276 pela realização de reunião extraordinária caso não seja não for possível finalizar a pauta, passou-se
277 à definição das Comissões da V CONAPIR/2022. O Presidente Paulo Roberto explicou que a
278 Secretaria Executiva realizará uma breve apresentação sobre a V CONAPIR/2022 antes de aprovar
279 a composição das comissões. A Sra. Mariléia Silva de Paula realizou a apresentação, destacando as
280 sete etapas do planejamento. Registrou que etapa nacional está prevista para os dias 2 a 6 de maio
281 de 2022 de forma virtual e as etapas estaduais e municipais para agosto de 2021, sendo que estão
282 pensando na possibilidade de transferir esse prazo para outubro devido à falta de tempo hábil.
283 Ressaltou que o Secretário Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial sugeriu como
284 Tema “Igualdade, uma Política de Estado”. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Juliano
285 Bueno de Araújo solicitou que os documentos referentes às reuniões sejam encaminhados
286 antecipadamente aos conselheiros para facilitar as suas observações. O Conselheiro Rosemberg
287 Moraes Caitano discorreu que a escolha do tema da conferência pelos conselheiros é uma prática
288 democrática, entendendo que o tema definido não retrata o momento vivido e sugeriu que a
289 conferência fosse realizada de forma híbrida. O Presidente Paulo Roberto explicou os motivos da
290 definição do tema por meio de *ad referendum*, relatando que o pleno poderá alterar o tema se
291 entender necessário. Defendeu a sua sugestão, abrindo para as demais colocações. A Conselheira
292 Maria de Jesus Moura externou a sua preocupação com o conceito da palavra “igualdade” que pode
293 ter vários entendimentos, salientando a necessidade de acentuar as especificidades e as diferenças
294 na conferência para dimensionar as políticas que precisam ser implementadas para cada um dos
295 grupos. O Presidente Paulo Roberto explanou sobre o seu entendimento sobre o termo igualdade,
296 defendendo que deve ser tratada como uma política de estado. O Conselheiro Juliano Bueno de
297 Araújo observou que o direito à igualdade é o princípio geral ao ordenamento pátrio, porém, devem

298 buscá-la no sentido substancial. Sugeriu que fosse oportunizado a cada conselheiro a possibilidade
299 de enviar a sua sugestão de tema por *e-mail* à Secretaria Executiva para que o pleno possam
300 deliberar. O Presidente Paulo Roberto acatou a sugestão, ponderando que o tema será votado na
301 próxima reunião. A Conselheira Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas externou a sua preocupação
302 com a desigualdade racial existente no país, propondo como tema: Combate à Desigualdade Racial:
303 Responsabilidade do Estado. O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konamannajy
304 compreendeu que a igualdade deve ser percebida como a luta contra o racismo, entendendo que o
305 tema deve abordar essa questão. O Conselheiro Juliano Bueno de Araújo observou que a Sra.
306 Mariléia Silva de Paula insiste na colocação do art. 16 do Regimento Interno apenas para alguns
307 conselheiros especialmente da sociedade civil, o que gera constrangimento e desigualdade. O
308 Presidente Paulo Roberto afirmou que não há nenhuma intenção de constranger ou privilegiar
309 nenhum conselheiro, desculpando-se por essa falha. Solicitou que todos os conselheiros se atentem
310 ao tempo de fala para que todos tenham a mesma oportunidade. A Conselheira Cleci da Cruz
311 Martins discorreu que incluiu no *chat* da reunião sobre a necessidade de observar o prazo de
312 realização das etapas municipais e estaduais, ponderando que a sociedade civil precisa de um tempo
313 maior para mobilização. O Presidente Paulo Roberto esclareceu que, na própria apresentação, foi
314 esclarecido que esse prazo poderá ser alterado. Não havendo mais quórum para votação, deliberou
315 pela convocação de reunião extraordinária no dia 17 de junho, das 14h às 17h, para composição das
316 comissões da V CONAPIR e para debate sobre o Projeto de Lei nº 3729/2004. Agradeceu a
317 participação de todos, encerrando a 72ª Reunião Ordinária do CNPIR.

318